

Prezado(a) candidato(a):

Assine e coloque seu número de inscrição no quadro abaixo. Preencha, com traços firmes, o espaço reservado a cada opção na folha de resposta.

Nº de Inscrição	Nome
<input type="text"/>	<input type="text"/>

ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Direito Civil e Empresarial

QUESTÃO 01

Um empresário rural, devidamente registrado há mais de dois anos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tem seus negócios concentrados em Uberaba, possuindo ainda filial em Pouso Alegre e sede contratual em Varginha. Qual o foro competente para se requerer a sua recuperação judicial?

- a) Uberaba.
- b) Pouso Alegre ou Varginha.
- c) Nenhum deles, pois não está sujeito à Lei de Recuperação e Falência de Empresas.
- d) O foro do credor onde se deu o negócio subjacente.
- e) Uberaba ou Pouso Alegre ou Varginha.

QUESTÃO 02

Marlon Luiz abriu uma conta corrente garantida no Banco do Brasil S.A., com limite de crédito de R\$5.000,00. Assinou o contrato de abertura de crédito em conta corrente e uma nota promissória em branco, como garantia, ficando como avalistas, por simples assinaturas, Pedro e sua esposa Margarida. Passando por dificuldades financeiras, Marlon foi obrigado a utilizar o limite do cheque especial, ficando inadimplente com a instituição financeira, que encerrou a sua conta e mandou que o departamento jurídico do Banco tomasse as providências cabíveis. O advogado do Banco do Brasil, analisando o caso de Marlon e verificando que este emitiu uma nota promissória em branco, preencheu-a no valor utilizado do cheque especial e resolveu propor uma ação de execução contra todos os coobrigados.

Assinale a opção **CORRETA**:

- a) O procedimento do advogado está correto, uma vez que a nota promissória é título executivo extrajudicial, a teor do art. 585 do CPC.
- b) O procedimento do advogado está correto, uma vez que a nota promissória é título executivo judicial e o aval prestado por Pedro contou com a outorga de sua esposa.
- c) O procedimento do advogado está incorreto, pois para cobrar dos devedores indiretos, Pedro e Margarida, deveria ter realizado previamente o protesto do título.
- d) O procedimento do advogado está incorreto, pois a nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito em conta corrente não goza de autonomia em razão da iliquidez do título que a originou, conforme sumulado pelo STJ.
- e) O procedimento do advogado está incorreto, pois o contrato de cheque especial não é título executivo, mesmo acompanhado de extrato da conta corrente e a lei não autoriza a emissão de título de crédito em branco.

QUESTÃO 03

Analise as alternativas abaixo:

I – Departamento Nacional do Registro do Comércio é um órgão estadual responsável pela execução dos registros públicos das firmas individuais e sociedades empresariais.

II – Juridicamente, podemos conceituar a empresa como sendo a pessoa jurídica que exerce atividade econômica organizada de produção ou circulação de bens ou serviços.

III – Para ser caracterizado empresário, não é necessário estar inscrito na Junta Comercial, em conformidade com a teoria da empresa e com o efeito declaratório do registro.

IV – A recusa por uma parte da apresentação judicial parcial dos livros obrigatórios acarretará que os fatos alegados pela outra parte sejam tomados como verdadeiros, com base em seus próprios lançamentos, os quais merecem fé pública.

Pode-se afirmar que estão **INCORRETAS**:

- a) apenas as alternativas I e II.
- b) apenas as alternativas I e IV.
- c) apenas as alternativas II e III.
- d) apenas as alternativas I e III.
- e) apenas as alternativas III e IV.

QUESTÃO 04

Analise as alternativas abaixo:

- 1. A composses é um pressuposto para o condomínio.
- 2. Na teoria de Savigny, o inquilino é possuidor.
- 3. Os Direitos Reais, ao contrário dos Direitos Pessoais, não prescrevem.
- 4. Pela cláusula *constituti*, o credor fica proibido de apoderar-se da coisa dada em garantia real caso não seja paga a dívida.

Está(ao) **CORRETA(S)**:

- a) apenas a alternativa 1.
- b) apenas a alternativa 2.
- c) apenas a alternativa 3.
- d) apenas a alternativa 4.
- e) todas as alternativas.

QUESTÃO 05

Assinale a afirmativa **CORRETA**:

- a) O concubinato, assim como a união estável, pode ser convertido em casamento.
- b) A ação de reconhecimento e dissolução do concubinato é de competência das Varas Cíveis.
- c) Pessoas casadas, mas separadas de fato, não podem constituir união estável.
- d) Todos os meios de prova moralmente lícitos são hábeis à prova da união estável.
- e) A separação judicial consensual pode ocorrer em qualquer momento do casamento.

QUESTÃO 06

Analise as assertivas abaixo:

- 1. O possuidor de boa-fé tem direito aos frutos já percebidos, sem a obrigação de indenizar o legítimo possuidor ou proprietário.
- 2. Por estipulação expressa, o direito real de usufruto pode ser transferido aos herdeiros.
- 3. O credor pignoratício não pode apropriar-se dos frutos da coisa empenhada em seu poder.
- 4. O efeito da excussão é característico de todos os direitos reais de garantia.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- a) apenas a afirmativa 1.
- b) apenas a afirmativa 2.
- c) apenas a afirmativa 3.
- d) apenas a afirmativa 4.
- e) todas as afirmativas.

QUESTÃO 07

Analise as alternativas abaixo e assinale a resposta adequada:

1. O exercício do direito de propriedade pressupõe deveres.
2. A propriedade do solo se estende ao subsolo.
3. Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias, sobre as quais recai o direito de retenção.
4. O pedido de imissão de posse poderá seguir o procedimento especial, caso trate de posse nova.

Está(ao) **CORRETA(S)**:

- a) apenas a alternativa 1.
- b) apenas a alternativa 2.
- c) apenas as alternativas 1 e 2.
- d) apenas as alternativas 2 e 3.
- e) apenas as alternativas 3 e 4.

QUESTÃO 08

Analise as assertivas abaixo:

1. A classificação da posse em direta e indireta só é cabível nos países que adotam a Teoria de Jhering.
2. O detentor pode se valer da legítima defesa da posse.
3. Os direitos reais de garantia podem ser constituídos por via escrita ou não.
4. O construtor de boa-fé sempre perderá o que houver construído em terreno alheio. Caberá a este construtor, no entanto, o direito de ser indenizado.

Está **CORRETO** o que se declara:

- a) nas assertivas 1, 2, 3 e 4.
- b) apenas em 1 e 2.
- c) apenas em 2 e 3
- d) apenas em 1 e 3.
- e) apenas em 2 e 4.

QUESTÃO 09

Assinale a afirmação **INCORRETA**:

- a) Pode haver, sobre um mesmo bem, vários direitos reais de fruição em comunhão com um direito real de garantia.
- b) A sentença que declara a usucapião é meramente declaratória, segundo a doutrina majoritária.
- c) Na teoria de Savigny, os proprietários de bens sobre os quais recaísse algum dos direitos reais de fruição sobre coisas alheias não seriam considerados possuidores.
- d) As benfeitorias somente serão ressarcidas se ainda existirem ao tempo da evicção.
- e) As ações de reintegração de posse cabem a todo proprietário, já que este é também possuidor da coisa.

QUESTÃO 10

Dentre as alternativas abaixo, todas são **incorretas**, **EXCETO**:

- a) Não corre a prescrição entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal; entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar, bem como entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela.
- b) A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, prejudica aos demais coobrigados.
- c) O juiz não pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer a absolutamente incapaz.
- d) A interrupção da prescrição poderá ocorrer mais de uma vez, e assim, interrompida, recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper.
- e) A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz não poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Direito Processual Civil

QUESTÃO 11

Quanto ao recurso de agravo, no código de processo civil, assinale a opção **INCORRETA**.

- a) O efeito devolutivo, na modalidade de agravo retido, será diferido.
- b) A ausência de peças obrigatórias implica o não conhecimento do agravo de instrumento.
- c) A decisão do relator que lhe nega seguimento pela intempestividade é irrecurável.
- d) O agravo contra a inadmissão de recurso especial independe de preparo.
- e) Será cabível na modalidade retida e oral quando interposto de decisão proferida em audiência de instrução e julgamento.

QUESTÃO 12

Quanto à ação rescisória, é **correto** afirmar, **EXCETO**:

- a) Suspende o cumprimento da sentença ou do acórdão rescindendo quando deferida medida antecipatória de tutela.
- b) É cabível contra decisão de mérito transitada em julgado proferida por juiz suspeito ou absolutamente incompetente.
- c) Pode ser ajuizada pelo Ministério Público quando a decisão rescindenda decorrer de colusão das partes.
- d) O prazo de dois anos para sua propositura é decadencial, fluindo do trânsito em julgado da decisão.
- e) É requisito da petição inicial o depósito da importância de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa.

QUESTÃO 13

Sobre a execução por quantia certa contra devedor solvente fundada em título extrajudicial, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A desistência do processo de execução pelo exeqüente depende do consentimento do executado que ofereceu embargos.
- b) É requisito obrigatório da petição inicial a indicação pelo exeqüente dos bens a serem penhorados.
- c) O cônjuge do executado é ilegítimo para requerer a adjudicação dos bens penhorados.
- d) A averbação da penhora no ofício imobiliário gera presunção relativa de seu conhecimento por terceiros.
- e) O pagamento integral da dívida pelo executado, no prazo de três dias de sua citação, reduz a verba honorária à metade.

QUESTÃO 14

Todas as opções abaixo são verdadeiras, **EXCETO**:

- a) A competência será declinada para o juízo do domicílio do réu, quando o juiz declarar de ofício a nulidade da cláusula de eleição de foro em contrato de adesão.
- b) Quando ações conexas tramitarem perante juízes de competência territorial distinta, considera-se preventivo aquele que despachou em primeiro lugar.
- c) A declaração da incompetência absoluta acarreta a nulidade dos atos decisórios, remetendo-se os autos ao juiz competente.
- d) A parte que ofereceu, no prazo para a resposta, exceção de incompetência, não pode suscitar o conflito de competência.
- e) A petição da exceção de incompetência pode ser protocolizada no foro do domicílio do excipiente, devendo ser remetida ao juízo que determinou a citação.

QUESTÃO 15

A respeito das diversas formas de intervenção de terceiros, é **CORRETO** afirmar:

- a) A denunciação da lide é cabível ao proprietário, quando o réu, citado em nome próprio, exerce a posse direta da coisa demandada.
- b) Na oposição, o terceiro oponente coloca-se contrário à pretensão deduzida pelo autor, auxiliando o réu.
- c) A correção do pólo passivo da demanda é feita através do chamamento ao processo daquele que nela deve figurar como réu.
- d) A nomeação à autoria é cabível quando apenas um dos devedores solidários é acionado judicialmente e pretende, no mesmo processo, a responsabilização dos co-devedores.
- e) A oposição, oferecida antes da audiência, será processada nos autos principais e correrá simultaneamente com a ação.

QUESTÃO 16

Sobre a penhora no processo de execução, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Na execução de crédito hipotecário, a penhora recairá preferencialmente sobre a coisa dada em garantia.
- b) Realiza-se a renovação da penhora quando, executados os bens, o produto da alienação não bastar para o pagamento do credor.
- c) Penhorado bem indivisível, a meação do cônjuge, alheio à execução, recairá sobre o produto da alienação.
- d) A decretação da prisão civil do depositário judicial infiel far-se-á através de ação de depósito.
- e) Na execução por carta, a penhora, avaliação e alienação serão realizadas no foro da situação dos bens.

QUESTÃO 17

A respeito da citação no código de processo civil, é **CORRETO** afirmar:

- a) No rito sumário, defesa é a citação por edital.
- b) Salvo para evitar o perecimento do direito, não será feita aos doentes, enquanto grave seu estado de saúde.
- c) Quando o réu for pessoa incapaz, será feita por carta com aviso de recebimento.
- d) Quando realizada em comarca distinta da que tramita o feito, depende necessariamente de carta precatória.
- e) Não pode ser feita por meio eletrônico.

QUESTÃO 18

Sobre os embargos de devedor, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A concessão de efeito suspensivo não impede a realização da penhora e a avaliação dos bens.
- b) Na execução por carta, serão julgados pelo juízo deprecante quando versarem, exclusivamente, sobre vício de citação do executado.
- c) Conta-se em dobro o prazo para sua oposição, quando se tratarem de executados com procuradores diferentes.
- d) Opostos pelo executado embargos à alienação de seus bens, poderá o adquirente desistir da aquisição.
- e) Serão opostos no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente da segurança do juízo.

QUESTÃO 19

Sobre o processo cautelar, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A citação do requerido para a audiência de justificação prévia não é obrigatória.
- b) Será requerida ao juiz da causa, quando em trâmite recurso contra sentença da ação principal.
- c) O indeferimento da medida cautelar por motivo de prescrição impede que a parte intente a ação principal.
- d) Não sendo contestado o pedido, o juiz proferirá decisão no prazo impróprio de 05 (cinco) dias.
- e) A medida cautelar pode ser substituída de ofício ou a requerimento da parte pela prestação de caução.

QUESTÃO 20

Sobre os alimentos provisionais, assinale a **alternativa FALSA**:

- a) Ainda que a causa principal esteja pendente de julgamento no Tribunal, o pedido de alimentos será processado e julgado no primeiro grau de jurisdição.
- b) Quando cumulados com pedido de divórcio, a prestação alimentícia pode abranger, além das despesas necessárias ao sustento do cônjuge/requerente, aquelas destinadas a custear a demanda.
- c) Na ação de alimentos provisionais, é cabível a concessão de liminar, sem audiência do requerido, ao ser despachada a petição inicial, fixando-se uma mensalidade para manutenção do requerente.
- d) São admissíveis nas ações de alimentos, desde a citação do réu.
- e) Podem ser pleiteados por quem não tem prova pré-constituída da qualidade de credor.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Direito Penal

QUESTÃO 21

Dentre as hipóteses abaixo, qual pode ser citada como exemplo de crime permanente?

- a) Homicídio.
- b) Peculato.
- c) Latrocínio.
- d) Cárcere privado.
- e) Mediação para servir à lascívia de outrem.

QUESTÃO 22

A prescrição da pretensão punitiva é regulada:

- a) Pela pena aplicada na sentença condenatória recorrível.
- b) Pela pena máxima prevista para o tipo penal.
- c) Pela pena aplicada na sentença condenatória transitada em julgado.
- d) Pelo prazo de 30 anos, quando se tratar de crime hediondo.
- e) Pela pena hipotética, nos crimes de menor potencial ofensivo.

QUESTÃO 23

No crime de peculato culposo, a reparação do dano antes do trânsito em julgado da sentença, deve ser considerada como:

- a) Causa especial de diminuição de pena.
- b) Circunstância atenuante.
- c) Excludente de ilicitude.
- d) Excludente de imputabilidade.
- e) Causa de extinção de punibilidade.

QUESTÃO 24

Nas hipóteses abaixo, só **NÃO** deve ser considerada como causa de extinção da punibilidade:

- a) Nos crimes contra os costumes, o casamento da vítima com o réu.
- b) Nos crimes contra a ordem tributária, o pagamento do tributo e acessórios antes do recebimento da denúncia.
- c) A renúncia ao direito de queixa ou representação.
- d) A graça.
- e) O indulto.

QUESTÃO 25

Nos crimes definidos no artigo 33 da Lei de Tóxicos (Lei 11.343/06), sendo o acusado primário, de bons antecedentes e não se dedicando às atividades criminosas nem integrando organização criminosa, poderá:

- a) Ter a pena privativa de liberdade substituída por restritiva de direitos e multa, desde que não superior a quatro anos.
- b) Ter a pena reduzida de 1/6 a 2/3, mas fica vedada a substituição da pena privativa de liberdade.
- c) Obter o benefício da suspensão condicional do processo, se aceitar as condições ofertadas pelo Ministério Público.
- d) Obter a transação penal, desde que preenchidas as demais condições do artigo 76 da Lei 9.099/95
- e) Obter o perdão judicial, valendo-se da delação premiada.

QUESTÃO 26

“A Lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado”. Este dispositivo legal:

- a) Deve ser declarado inconstitucional, porque viola a garantia constitucional da imutabilidade da coisa julgada.
- b) É conhecido na doutrina brasileira como *abolitio criminis*, mas não é recepcionado pela jurisprudência.
- c) Trata-se de norma penal extravagante, que só tem aplicação em casos excepcionais.
- d) É uma das poucas hipóteses em que se admite a retroatividade da norma penal.
- e) Não é adequado ao modelo conhecido como “garantismo penal”.

QUESTÃO 27

Se a existência de crime depender de solução que o juiz criminal reputar séria e fundada, relacionado ao estado civil das pessoas, ficará suspenso o curso do processo até que no juízo civil seja a questão resolvida por sentença transitada em julgado (artigo 92 do CPP).

Ocorrendo a situação acima descrita, em relação à prescrição, é **CORRETO** afirmar:

- a) Não corre a contagem do prazo prescricional.
- b) Não sofre qualquer interrupção ou suspensão, porque o Ministério Público torna-se legitimado para propor a ação civil.
- c) Se não houver recurso da acusação contra a decisão que suspendeu o curso do processo, não haverá suspensão do prazo prescricional.
- d) A responsabilidade civil é independente da criminal, por isso não há a interrupção do prazo prescricional.
- e) As normas de direito processual penal são independentes e não guardam relação com as normas de prescrição que são de direito material.

QUESTÃO 28

Dos crimes relacionados abaixo, qual possui como circunstância elementar um fim especial de agir?

- a) Corrupção ativa.
- b) Contrabando ou descaminho.
- c) Corrupção passiva.
- d) Excesso de exação.
- e) Calúnia.

QUESTÃO 29

Determinado diretor de um presídio, deixando de cumprir com os deveres de seu ofício, acabou por permitir que um preso, recolhido no estabelecimento prisional que dirige, tivesse em seu poder um aparelho celular que permitia a comunicação com outros presos e com o ambiente externo. Entretanto, no inquérito policial instaurado, restou evidenciado que o mencionado diretor não agiu para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

Pergunta-se: como deve ser considerada a conduta do diretor deste presídio?

- a) Apenas como transgressão administrativa por ausência de dolo específico.
- b) Como crime de facilitação à fuga.
- c) Como crime de condescendência criminosa.
- d) Como uma espécie de crime de prevaricação.
- e) Como excesso ou desvio de execução.

QUESTÃO 30

Se o crime de estelionato é praticado em prejuízo de um irmão, a ação penal será:

- a) Pública, mas condicionada à representação.
- b) Pública plena.
- c) Privada.
- d) Pública plena, mas poderá ser privada subsidiária excepcionalmente.
- e) Pública e iniciada por representação da vítima

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Direito Processual Penal

QUESTÃO 31

Em relação ao procedimento que apura os crimes de competência do Júri, marque a opção **INCORRETA**:

- a) No procedimento que apura os crimes de competência do Júri, durante a audiência de instrução, proceder-se-á em primeiro lugar à tomada de declarações do ofendido, se possível, a seguir inquirição das testemunhas arroladas pela acusação, defesa, bem como esclarecimentos dos peritos, acareações, reconhecimento de pessoas e coisas, interrogatório do acusado e, por fim, debates.
- b) A intimação da decisão de pronúncia será feita pessoalmente ao acusado, ao defensor nomeado e ao Ministério Público.
- c) O julgamento será adiado pelo não comparecimento do acusado solto, que tiver sido regularmente intimado.
- d) É permitido à acusação, ao assistente, ao querelante e ao defensor formular diretamente perguntas ao acusado.
- e) Os jurados formularão perguntas por intermédio do juiz presidente.

QUESTÃO 32

Verificando-se que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça deverá proceder a:

- a) Citação por hora certa.
- b) Citação por mandado.
- c) Citação por edital.
- d) Citação por precatória.
- e) Citação por carta rogatória.

QUESTÃO 33

Em regra, acusado preso na sede do juízo processante será intimado da sentença:

- a) Pessoalmente.
- b) Por edital.
- c) Por meio de ofício requisitório.
- d) Por carta rogatória.
- e) Por e-mail.

QUESTÃO 34

O princípio processual que impede que o cidadão venha a ser preso provisoriamente, de forma desnecessária, é conhecido como:

- a) Correlação.
- b) Juízo natural.
- c) Ampla defesa.
- d) Não-culpabilidade.
- e) Publicidade.

QUESTÃO 35

Em relação aos procedimentos, avalie as afirmativas abaixo:

- I. Procedimento comum será ordinário, sumário ou sumaríssimo.
- II. É considerado procedimento ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- III. Procedimento sumário é o que tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- IV. Procedimento sumaríssimo destina-se a infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.
- V. Aplicam-se subsidiariamente aos procedimentos especial, sumário e sumaríssimo as disposições dos procedimentos previstos em legislação extravagante.

Pode-se afirmar que:

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Todas as afirmativas estão incorretas.
- c) Somente I, III e IV estão corretas.
- d) Somente I, II e III estão corretas.
- e) Somente III e IV estão corretas.

QUESTÃO 36

Marque a opção **INCORRETA**:

- a) Quanto ao sujeito, a interpretação pode ser autêntica, doutrinária e jurisprudencial.
- b) Interpretação gramatical é a que se inspira no próprio significado das palavras.
- c) Interpretação lógica ou teleológica é aquela que visa precisar a genuína vontade da lei, a vontade nela manifestada.
- d) Sistemática é aquela em que o intérprete deve colocar a norma em relação ao conjunto de todo o Direito vigente e com as regras particulares que têm pertinência com ela.
- e) Interpretação histórica é aquela em que algumas vezes a lei penal a permite e a faz, quando uma cláusula genérica se segue a uma fórmula casuística.

QUESTÃO 37

Determinado Deputado Estadual de Minas Gerais envolveu-se na prática de crime contra o sistema financeiro, na cidade de Porteira Velha, RO. Descoberto o fato, a competência para processar e julgar o parlamentar pela infração penal comum será:

- a) TJRO.
- b) TJMG.
- c) TRF – 1ª Região.
- d) STJ.
- e) STF.

QUESTÃO 38

Contra a sentença de absolvição sumária, no processo que apura os crimes de competência do júri, utiliza(m)-se, em regra:

- a) Recurso inominado.
- b) Apelação.
- c) Recurso em sentido estrito.
- d) Embargos infringentes.
- e) Agravo regimental.

QUESTÃO 39

Marque a opção **INCORRETA**:

- a) Testemunha de beatificação é aquela que presta informação apenas em relação aos antecedentes.
- b) Testemunha é toda pessoa que viu ou tomou conhecimento do fato e, sob palavra de honra, compromete-se a dizer a verdade.
- c) O laudo pericial é uma emissão de conhecimento técnico científico.
- d) Indícios é uma circunstância conhecida e comprovada que tem ligação com o fato probando no campo da prova no Direito Processual Penal.
- e) Em qualquer hipótese, é possível cindir a confissão.

QUESTÃO 40

Marque a opção **CORRETA**:

- a) Para a moderna doutrina do direito processual penal, é possível ocorrer a aplicação da lei processual penal fora do nosso território.
- b) A norma processual material não retroage.
- c) O princípio da imediatividade rege a aplicação da lei processual penal no espaço.
- d) O processo penal adota em regra o princípio da publicidade restrita dos atos.
- e) O princípio da persuasão racional faz com que, necessariamente, as decisões venham a ser devidamente fundamentadas.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Direito Constitucional

QUESTÃO 41

Em relação ao catálogo de direitos e garantias fundamentais, inserido no texto constitucional brasileiro, é **CORRETO** afirmar:

- a) Em busca da verdade real, são admitidos todos os meios de prova, inclusive as obtidas por meios ilícitos.
- b) Aos presos, em alguns regimes, deve ser assegurada a sua integridade física e moral.
- c) O brasileiro pode ser extraditado, sempre que restar provado o seu envolvimento em tráfico internacional de entorpecentes.
- d) O Executivo detém a prerrogativa de determinar a privação de bens da pessoa envolvida em casos de corrupção.
- e) O Judiciário detém a prerrogativa de determinar a privação de bens da pessoa envolvida em casos de corrupção.

QUESTÃO 42

Dentre os instrumentos da democracia semidireta, aquele que consiste em consulta à opinião do eleitorado sobre a manutenção ou a revogação do mandato político ou administrativo conferido a alguém, denomina-se:

- a) Impeachment.
- b) Plebiscito.
- c) Referendo.
- d) Recall.
- e) Mandato imperativo.

QUESTÃO 43

NÃO constitui característica do Estado federal:

- a) A existência de um corpo próprio de funcionários de cada Estado federado, não subordinado às autoridades federais.
- b) A participação dos Estados federados na vontade criadora da ordem jurídica nacional.
- c) A existência de delegação de poderes feita por lei ordinária pelo órgão legislativo central, possibilitando a edição de leis pelos legislativos regionais.
- d) A previsão de distribuição de competências na Constituição Federal.
- e) A autonomia dos Estados federados.

QUESTÃO 44

Em relação ao objeto da Teoria do Estado, predomina a seguinte concepção doutrinária:

- a) Estudo referente ao Estado em si.
- b) Análise do espaço cósmico sideral.
- c) Estudo da constituição vigente.
- d) Descrição e interpretação do conteúdo estrutural da realidade política estatal.
- e) Estudo de Direito comparado.

QUESTÃO 45

O princípio constitucional sensível deve, em termos normativos:

- a) Estar enumerado, expressamente, no texto constitucional.
- b) Ser inserido, de forma implícita, na Constituição.
- c) Jamais ensejar intervenção federal ou estadual.
- d) Provocar silêncio dos poderes instituídos.
- e) Provocar silêncio da opinião pública.

QUESTÃO 46

São referências essenciais do paradigma constitucional “Estado liberal de direito”, **EXCETO**:

- a) Sistema de garantias da liberdade burguesa.
- b) Vinculação do legislador à Constituição.
- c) Consolidação do Estado Mínimo.
- d) A referência da Constituição é o próprio Estado.
- e) Abstencionismo estatal.

QUESTÃO 47

Apresentam-se como principais características do Estado nacional, **EXCETO**:

- a) Poder centralizado.
- b) Economia mercantilista.
- c) Soberania compartilhada.
- d) Aparato administrativo.
- e) Soberania absoluta.

QUESTÃO 48

A soberania brasileira, em seu mar territorial, possui as seguintes características:

- I - Assegura o direito de pesca.
- II - Permite a proteção da fauna e flora marítimas.
- III - Estabelece marco de 18 milhas, para exclusividade de seu mar territorial.
- IV - Assegura o direito à prospecção de petróleo.

Estão **CORRETAS**:

- a) apenas I, II e III.
- b) apenas II, III e IV.
- c) apenas I, II e IV.
- d) apenas I e III.
- e) I, II, III, IV.

QUESTÃO 49

Constituiu-se no cerne do constitucionalismo social:

- a) O juiz, como boca da lei.
- b) Os interesses difusos.
- c) O voto censitário.
- d) O intervencionismo diversificado.
- e) Os direitos individuais.

QUESTÃO 50

A Constituição da República almeja, em termos de ordem social:

- a) Os interesses individuais e as políticas liberais.
- b) O bem-estar social e a justiça social.
- c) As liberdades públicas e o assistencialismo.
- d) O Estado gerencial e a livre concorrência.
- e) O livre exercício profissional e a função social da propriedade.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Direito Administrativo e Tributário

QUESTÃO 51

Examine os itens abaixo e marque a alternativa **CORRETA**:

- I. A admissão de empregados, na sociedade de economia mista, independe de concurso público.
- II. A investidura em cargo comissionado dá-se mediante recrutamento amplo ou limitado nos termos de lei.
- III. O subsídio dos vereadores e do Prefeito é fixado por lei de iniciativa da Câmara Municipal.
- IV. O subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça pode ser considerado como limite único para os três Poderes do Estado.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- a) apenas I e II.
- b) apenas I e IV.
- c) apenas II e IV.
- d) apenas III e IV.
- e) apenas II e III.

QUESTÃO 52

Sobre licitação, é **CORRETO** afirmar:

- a) O princípio do julgamento objetivo é garantia do princípio da isonomia.
- b) Ocorre inexigibilidade de licitação por motivo de oportunidade e conveniência.
- c) A licitação é dispensável para a contratação de serviço técnico profissional especializado.
- d) A adjudicação garante, ao licitante vencedor, a celebração do contrato com a Administração Pública.
- e) Não comparecendo interessado na licitação, a Administração pode contratar por inexigibilidade.

QUESTÃO 53

Em relação à **servidão administrativa**, marque a opção **INCORRETA**:

- a) É instituída mediante ato declaratório expedido pela autoridade competente, podendo, entretanto, decorrer diretamente de lei geral.
- b) Gera direito a indenização da faixa destinada à servidão.
- c) Pressupõe a existência de dois prédios: um demandante e outro serviente.
- d) É, em regra, por prazo indeterminado, podendo ser extinta em virtude de interesse público.
- e) Pode ser instituída em imóvel público.

QUESTÃO 54

Marque a opção **CORRETA**:

- a) Aos Estados-membros, é conferida competência para legislar concorrentemente sobre desapropriação por utilidade pública.
- b) A desapropriação de imóvel urbano que não esteja cumprindo a sua função social é de competência do ente político local.
- c) A imissão provisória na posse de imóvel rural em processo de desapropriação para fins de reforma agrária condiciona-se à alegação de urgência.
- d) A indenização na expropriação de propriedade rural em que forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas é paga em títulos da dívida agrária.
- e) Os Municípios não se revestem de competência para desapropriar propriedade rural.

QUESTÃO 55

A autoridade pública competente promoveu, indevidamente, determinado servidor, praticando, assim, um ato nulo. É **CORRETO** afirmar, neste caso, que a Administração Pública:

- a) Pode revogar o ato, considerando que ato nulo não produz efeitos válidos.
- b) Depende de provocação para declarar a nulidade do ato.
- c) Deve instaurar processo administrativo, dando ao servidor direito de ampla defesa e observância do princípio do contraditório para anular.
- d) Neste caso, pode adotar o princípio da verdade sabida.
- e) Pode anular o ato em qualquer momento, observada a prescrição vintenária.

QUESTÃO 56

Sobre o controle externo da Administração Pública, é **INCORRETO** afirmar:

- a) Compete ao Tribunal de Contas da União, mediante parecer prévio, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- b) Compete aos Tribunais de Contas apreciarem, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal.
- c) Os Tribunais de Contas, independentemente de provocação, revestem-se de legitimidade para suspender procedimento licitatório se verificada ilegalidade.
- d) As contas de prefeito, relativas a recursos de convênio com a União, são julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado em que se localiza o Município.
- e) A decisão dos Tribunais de Contas que condena o prestador de contas é título executivo.

QUESTÃO 57

Marque a opção **CORRETA** quanto às ações constitucionais:

- a) O servidor público ou o empregado vinculado ao INSS, na hipótese da negativa de pedido de certidão de contagem de tempo de contribuição, pode valer-se do *habeas data*.
- b) O *habeas data* pode ser impetrado contra o Serviço de Proteção ao Crédito pelo interessado em obter informações sobre registros pessoais.
- c) A impetração do *habeas data* independe da negativa de fornecimento de informações pelo órgão ou entidade responsável pelo cadastro.
- d) O mandado de segurança pode substituir o *habeas data*, em alguns casos, segundo conveniência do interessado.
- e) A ação popular pode ser intentada por menor de 16 (dezesesseis) anos, assistido por seu representante legal.

QUESTÃO 58

Marque a opção **INCORRETA**:

- a) A dação em pagamento em bens imóveis é uma forma de extinção do crédito tributário.
- b) A moratória é uma forma de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- c) O depósito do montante integral do tributo é uma forma de extinção do crédito tributário.
- d) A compensação consiste num encontro de contas que promove a extinção do crédito tributário.
- e) A anistia é uma modalidade de exclusão do crédito tributário.

QUESTÃO 59

Marque a opção **VERDADEIRA**:

- a) A taxa e o preço público são espécies do gênero tributo.
- b) O valor da anuidade recolhida à Ordem dos Advogados do Brasil ou aos Conselhos de Medicina tem a natureza jurídica de contribuição de intervenção no domínio econômico (cide).
- c) Para a criação de novos impostos não previstos no texto constitucional, a União, os Estados e o Distrito Federal devem editar leis complementares.
- d) As contribuições de seguridade social têm natureza jurídica de tributo.
- e) A imunidade se aplica aos impostos, taxas e contribuições de melhoria.

QUESTÃO 60

Marque a opção **INCORRETA**:

- a) As convenções e contratos particulares não interferem na definição da responsabilidade tributária.
- b) O crédito tributário se constitui pela ocorrência do fato gerador, e o lançamento atesta sua extinção.
- c) Medida Provisória pode dispor sobre matéria tributária, exceto a que for reservada à lei complementar.
- d) As normas da legalidade e da anterioridade tributárias constituem cláusulas pétreas que não podem ser retiradas do ordenamento jurídico nem mesmo por emenda constitucional.
- e) Uma elevação da alíquota do IOF pode ser exigida no dia seguinte à publicação do decreto que promover o referido aumento.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Legislação Especial

QUESTÃO 61

Estão legitimados para a propositura da Ação Cautelar preparatória, bem como para a ação principal atinente à Ação Civil Pública (Lei N.º 7.347 de 24 de junho de 1985, alterada pela Lei N.º 11.448 de 15 de janeiro de 2007), na busca da proteção do meio ambiente, **EXCETO**:

- a) Ministério Público.
- b) A Defensoria Pública.
- c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- d) A Autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista.
- e) A associação que esteja constituída há pelo menos 06 (seis) meses.

QUESTÃO 62

À data do pedido de adoção, em não estando sob a guarda ou tutela dos adotantes, o adotando deverá contar com idade de no máximo:

- a) 21 anos.
- b) 18 anos.
- c) 16 anos.
- d) 14 anos.
- e) 12 anos.

QUESTÃO 63

Nos procedimentos recursais afetos à Justiça da Infância da Juventude, restou adotado o sistema do Código Processo Civil em vigor, com as seguintes especificidades, **EXCETO**:

- a) Os recursos serão interpostos independentemente de preparo.
- b) No Agravo de Instrumento, o Agravado terá prazo de 10 dias para oferecer resposta.
- c) Na apelação, antes de remeter os autos para superior instância, motivadamente, o Juízo poderá manter ou reformar a decisão.
- d) Contra a decisão que defere ou indefere a entrada de menor em estágio, caberá apelação.
- e) Os julgamentos dos recursos com base na Lei N.º 8.069/1990 terão preferência de julgamento e dispensarão revisor.

QUESTÃO 64

Com relação à Lei Consumerista – Lei Nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 –, é correto afirmar, **EXCETO**:

- a) No Contrato de Adesão Consumerista, a inserção de cláusula no formulário não desnaturaliza a natureza de adesão do contrato.
- b) No Contrato de Adesão Consumerista, para a sua imediata compreensão, as cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, na forma exigida por lei.
- c) No Contrato de Adesão Consumerista, é possível constar a transferência da responsabilidade, em caso de dano do fabricante ou prestador de serviço para a seguradora.
- d) No contrato de Adesão Consumerista, é permitida a inversão do ônus da prova, em benefício do consumidor e em desfavor do fabricante ou prestador de serviços.
- e) No contrato de Adesão Consumerista, é configurada cláusula abusiva aquela que determina a utilização compulsória da arbitragem – Lei N.º 9.307/96.

QUESTÃO 65

Tratando-se da Lei Nº. 11.340, de 07 de agosto de 2006, em estando a mulher sob situação de violência doméstica e familiar, é **correto** afirmar, **EXCETO**:

- a) Ressalvadas as situações protetivas de urgência, a mulher deverá estar acompanhada de advogado em todos os atos processuais, cíveis ou criminais.
- b) De forma sumária e imediata, ante a simples alegação da mulher de estar sendo vítima de violência doméstica e familiar, o Juiz poderá aplicar o afastamento do suposto agressor do lar.
- c) Mesmo quando não for parte no processo, o Ministério Público intervirá nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.
- d) Ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, entre as demais medidas, caberá requisitar serviço público de saúde e força policial para proteção da mulher, vítima de violência doméstica e familiar.
- e) Ao Ministério Público, quando necessário, sem prejuízo das demais atribuições, caberá cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher.

QUESTÃO 66

Quanto ao Juizado competente para os processos cíveis regidos pela Lei N.º 11.340, de 07 de agosto de 2006, tem-se que, por opção da mulher, estão corretas as assertivas abaixo indicadas, **EXCETO**:

- a) Os processos cíveis poderão ser ajuizados no lugar onde esteja momentaneamente a ofendida, em observância a programa social de proteção.
- b) Os processos cíveis poderão ser ajuizados no lugar do fato em que se baseou a demanda.
- c) Os processos cíveis poderão ser ajuizados no domicílio da ofendida.
- d) Os processos cíveis poderão ser ajuizados na residência da ofendida.
- e) Os processos cíveis poderão ser ajuizados no domicílio do agressor.

QUESTÃO 67

Nas situações abaixo, serão aplicáveis medidas de proteção ao idoso, com base na Lei N.º 10.741 de 1.º de outubro de 2003, **EXCETO** em face de:

- a) ação ou omissão da sociedade ou do Estado.
- b) falta, omissão ou abuso da família, que importe na ameaça ou ofensa a direitos reconhecidos no Estatuto do Idoso.
- c) falta, omissão ou abuso das entidades de atendimento ao idoso.
- d) falta ou omissão do Curador Legal, ressalvada a figura do Curador *ad hoc*, dada a nomeação por parte do juiz.
- e) condições pessoais do destinatário do Estatuto do Idoso, que ocasionem ameaça ou violência a direitos legalmente reconhecidos.

QUESTÃO 68

São legitimados, também, a propor diretamente a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, na forma do artigo 3º. da Lei Nº. 11.417 de 19 de dezembro de 2006, **EXCETO**:

- a) O Presidente da República e o Governador de Estado ou do Distrito Federal.
- b) O Defensor Público Geral do Estado e o Procurador Geral do Município.
- c) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e a confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- d) A Mesa do Senado Federal e a Mesa da Câmara dos Deputados.
- e) Os Tribunais Superiores, os Tribunais de Justiça de Estados ou do Distrito Federal .

QUESTÃO 69

Na forma da Lei N.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004, artigo 5.º, nos contratos de Parceria Público-Privada, as cláusulas além de cumprir as demais exigências legais, deverão prever, **EXCETO**:

- a) O prazo de vigência do contrato, não inferior a 5 (cinco) anos, nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, compatível com a amortização dos investimentos realizados, incluindo eventual prorrogação.
- b) As formas de remuneração e de atualização dos valores contratuais.
- c) Em caso de inadimplemento contratual, a fixação das penalidades aplicáveis à administração pública, sempre com menor rigor frente ao parceiro privado, em razão das dificuldades próprias da máquina administrativa brasileira.
- d) Os mecanismos para a preservação da atualidade da prestação dos serviços.
- e) Os critérios objetivos de avaliação do desempenho do parceiro privado.

QUESTÃO 70

Sobre o Juizado Especial Civil, é **correto** afirmar, **EXCETO**:

- a) No caso da impossibilidade da efetivação da citação pelo correio, por oficial de justiça, seja pessoalmente ou por hora certa, proceder-se-á à citação por edital.
- b) Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, ressalvada a convicção do juiz, poder-se-ão aplicar os efeitos da revelia.
- c) Na contestação, que poderá ser escrita ou oral, o réu lançará toda a matéria de defesa direta e indireta, inclusive a arguição de suspeição ou impedimento do juiz.
- d) Não obtida a conciliação, tem-se que as partes poderão optar, de comum acordo, pelo juízo arbitral, na forma da Lei N.º 9.307/96.
- e) Em regra geral, o recurso contra a sentença terá efeito apenas devolutivo, podendo o juiz implementar o efeito suspensivo, se requerido e provado pelo requerente o escopo de evitar dano irreparável para o recorrente.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Legislação Específica e Princípios Institucionais da Defensoria Pública

QUESTÃO 71

Sobre os aspectos principiológicos afetos à Defensoria Pública, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A Defensoria Pública é uma instituição de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos, pois desempenha função constitucionalmente prevista: o acesso à justiça, que é um dos requisitos da dignidade da pessoa humana.
- b) Os princípios da unidade e indivisibilidade podem ser conceituados com a idéia de ser a Defensoria Pública um todo orgânico, que não admite rupturas nem fracionamentos, sendo que seus membros devem estar sob a mesma chefia Institucional, e, também, que podem se substituir uns aos outros sem prejuízo para atuação institucional.
- c) Entende-se o princípio da independência funcional como uma garantia a respaldar o defensor público no exercício de suas funções, ficando ele isento de pressão individual ou coletiva que possa comprometer a sua atuação imparcial e isenta de subjetivismo.
- d) O defensor público, no desempenho de sua função, deve atender a todos os princípios administrativos, principalmente os da moralidade, eficiência e impessoalidade, podendo responder, caso transgrida alguns desses princípios, a processo administrativo-disciplinar instaurado também pela Procuradoria Geral do Estado.
- e) Em decorrência lógica de que ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente, extrai-se o princípio do Defensor Público Natural, pois é garantida ao necessitado a assistência jurídica, gratuita e integral, para a produção de sua defesa.

QUESTÃO 72

O Defensor Público-Geral da União, o Defensor Público-Geral do Distrito Federal e Territórios e o Defensor Público-Geral do Estado, serão nomeados, respectivamente:

- a) pelo Presidente da República, após seu nome ser aprovado pelo Senado Federal; pelo Governador, após aprovação pela Câmara Legislativa; e pelo Governador do Estado, após a aprovação do nome pela Assembléia Legislativa Estadual.
- b) pelo Presidente da República, após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal; pela Câmara Legislativa; e pela Assembléia Legislativa Estadual.
- c) pelo Presidente da República; pelo Presidente da República; pelo Governador do Estado, após elaboração de lista tríplice pelos respectivos Conselhos Superiores.
- d) pelo Presidente da República, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado; pelo Presidente da República; e pelo Governador do Estado, sendo este escolhido em lista tríplice.
- e) pelo Presidente da República, após aprovação de seu nome pelo Senado Federal; pelo Presidente da República, mediante lista tríplice; pelo Governador, mediante lista tríplice.

QUESTÃO 73

São funções institucionais da Defensoria Pública, **EXCETO**:

- a) Promover, extrajudicialmente, a conciliação entre as partes em conflito de interesses.
- b) Assegurar aos seus assistidos, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, o contraditório e a ampla defesa, com recursos e meios a ela inerentes.
- c) Patrocinar ação civil, inclusive contra as pessoas jurídicas de direito público.
- d) Exercer a promoção e a defesa dos direitos humanos.
- e) Patrocinar a ação penal de iniciativa privada, a subsidiária da pública, bem como a ação civil “ex delicto”, não podendo, nesses casos, a Defensoria Pública atuar no pólo passivo.

QUESTÃO 74

O Governador do Estado de Minas Gerais recebeu a lista tríplice para a nomeação do Defensor Público Geral, porém, deixando transcorrer mais de dois meses, não procedeu a nomeação. Nesse caso:

- a) O Conselho Superior da DPMG escolherá, em cinco dias, um dos integrantes da lista, empossando-o imediatamente.
- b) Assumirá o cargo, interinamente, o Subdefensor Público Geral, até que ocorra a escolha definitiva pelo Governador dentro da lista tríplice.
- c) Caberá à Assembléia Legislativa, no prazo, escolher um dos integrantes da lista tríplice.
- d) Considerar-se-á nomeado o Defensor Público mais antigo dentre os indicados.
- e) Será investido automaticamente no cargo o Defensor Público mais votado.

QUESTÃO 75

Assinale a opção correta acerca das disposições da Lei Complementar Estadual n.º 65/03:

- a) Os membros da DPMG adquirem a garantia da estabilidade após três anos de exercício, não podendo perder o cargo a não ser após regular processo administrativo-disciplinar, no qual lhes seja garantida ampla defesa.
- b) O membro da DPMG poderá ser removido compulsoriamente do cargo ou função, por motivo de interesse público, mediante decisão do Conselho Superior, por voto de dois terços de seus membros, desde que assegurada a ampla defesa. Pode ainda ser removido voluntariamente através de requerimento direcionado para o Conselho Superior.
- c) Os defensores públicos de primeira classe são agentes que atuam em primeira instância, não podendo propor ações diretamente nos tribunais, pois tratando de competência originária dos tribunais, tais ações devem ser propostas por defensores públicos que atuam em segunda instância.
- d) Ao Conselho Superior compete decidir, pelo voto da maioria de seus integrantes, sobre a avaliação e a permanência na carreira dos membros da DPMG em estágio probatório.
- e) Ao Corregedor-Geral compete baixar instruções, sem caráter vinculativo e no limite de suas atribuições, visando à regularidade e ao aperfeiçoamento das atividades da Defensoria Pública, bem como à independência funcional de seus membros.

QUESTÃO 76

Com base na Lei Complementar Estadual n.º 65/03, analise as assertivas abaixo:

I - A Corregedoria-Geral é exercida pelo Corregedor-Geral, indicado entre os integrantes da carreira, em lista sêxtupla elaborada pelo Conselho Superior e nomeado pelo Governador do Estado.

II - A Defensoria Pública-Geral e o Conselho Superior são órgãos da Administração Superior, sendo o Defensor Público-Geral chefe do primeiro e quem sempre presidirá o segundo.

III- O Defensor Público é órgão de execução, exceto se estiver em função administrativa.

IV- São órgãos de atuação da Defensoria Pública: Defensorias Públicas nas Comarcas; Núcleos da Defensoria Pública do Estado; Coordenadorias Regionais de Defensoria Pública, em número de quinze.

V- São órgãos de execução de apoio administrativo: o Gabinete; a Assessoria jurídica e de comunicação; a Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças e a Superintendência de Gestão Jurídica.

Pode-se afirmar que:

- a) pelo menos três assertivas estão corretas.
- b) somente duas assertivas estão corretas.
- c) somente uma assertiva está correta.
- d) Todas as assertivas estão incorretas.
- e) Há quatro assertivas corretas.

QUESTÃO 77

São prerrogativas previstas na LC 65/03 dos membros da Defensoria Pública no exercício de suas atribuições, **EXCETO**:

- a) Ter vista pessoal dos processos judiciais, em cartório ou na repartição competente, e, ressalvadas as vedações legais, fora dos cartórios e das secretarias.
- b) Requisitar de autoridade pública ou de seus agentes, civis e militares, exames, certidões, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e providências.
- c) Receber intimação pessoal em qualquer processo ou grau de jurisdição, mediante entrega dos autos com vista, contando-lhe em dobro todos os prazos, ressalvado o prazo de interposição de recurso extraordinário para o STF.
- d) Receber o mesmo tratamento reservado aos membros do Ministério Público e aos Desembargadores.
- e) Examinar, em qualquer repartição policial, mesmo sem designação, autos de flagrante delito e de inquérito, findos ou em andamentos, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos.

QUESTÃO 78

São deveres e proibições do membro da Defensoria Pública, **EXCETO**:

- a) Ter irrepreensível conduta, pugnando pelo prestígio da justiça e velando pela dignidade de suas atribuições, sendo-lhe vedado adotar postura incompatível com a dignidade do cargo.
- b) Manter sigilo funcional quanto à matéria dos procedimentos em que atuar, especialmente nos que tramitam em segredo de justiça, sendo-lhe vedado revelar segredo que conheça em razão do cargo.
- c) Desempenhar com eficiência e produtividade as atribuições inerentes ao cargo, podendo inclusive exercê-las na Justiça Eleitoral, sendo-lhe vedado, porém, atuar nessa Justiça enquanto exercer atividade político-partidária.
- d) Exercer, mediante designação do Defensor Público Geral, a coordenadoria de órgão de atuação da Defensoria Pública, sendo-lhe vedado exercer qualquer outro cargo de confiança.
- e) Respeitar as partes e tratá-las com urbanidade, sendo-lhe vedado receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, em razão de suas atribuições, custas processuais, percentagens ou honorários, salvo os de sucumbência.

QUESTÃO 79

Sobre a responsabilidade funcional dos membros da Defensoria Pública, pode-se afirmar que:

- a) A apuração da responsabilidade dar-se-á por meio de procedimento determinado pelo Defensor Público Geral, cabendo a este decidir sobre a penalidade em todos os casos.
- b) Nenhuma penalidade será aplicada sem que se garanta o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, podendo ser através de instauração de sindicância ou processo administrativo-disciplinar.
- c) A pena de demissão será aplicada ao membro da Defensoria Pública quando houver reincidência em falta punida com suspensão ou remoção compulsória e também quando houver revelação de assunto de caráter sigiloso que conheça em razão do cargo.
- d) O membro da Defensoria Pública que praticar infração punível com remoção compulsória ou demissão não poderá aposentar-se até o trânsito em julgado do procedimento administrativo-disciplinar.
- e) A prescrição das faltas ocorrerá em dois anos nos casos de punições de advertência e suspensão. Ocorrerá em cinco anos nos demais casos, salvo quando a infração disciplinar for punida em lei como crime, pois neste caso o prazo prescricional regular-se-á pela lei penal.

QUESTÃO 80

Com relação a processo administrativo-disciplinar, recurso e revisão, pode-se afirmar que:

- a) O processo administrativo-disciplinar será conduzido por uma comissão composta de três membros, designados pelo Conselho Superior.
- b) Em respeito ao princípio da razoável duração do processo, artigo 5º, LXXVIII da CRFB/88, o processo administrativo-disciplinar será concluído no prazo de até sessenta dias contados da conclusão da instrução, não admitindo prorrogação.
- c) Poderá o membro da Defensoria Pública ou o seu procurador, no prazo de dez dias contados da intimação, interpor recurso para o Governador do Estado contra decisão condenatória proferida pelo Defensor Público-Geral.
- d) Não caberá revisão quando a pretensão for justificar a imposição de pena mais branda.
- e) Caberá revisão, a qualquer tempo, do processo administrativo-disciplinar, sempre que forem alegados vícios insanáveis no procedimento ou quando aduzirem fatos novos.